

Carta do Gestor / junho 2026

Internacional

Ainda sem a perspectiva de um acordo duradouro no conflito do Oriente Médio, os mercados oscilaram em junho ao sabor de notícias pontuais que envolveram os preços do petróleo, dos alimentos e de outras commodities, com importante impacto na inflação de cada país, bem como na evolução dos indicadores macroeconômicos, tais como a atividade econômica e o emprego. Assim como as bolsas, os juros cederam levemente.

Na zona do Euro, a agência Eurostat divulgou que a taxa de inflação anualizada do consumidor recuou dos 3,20% registrados em maio, para 2,80% em junho, ainda longe da meta fixada pelo Banco Central Europeu (BCE), que é de 2,00%. O resultado não foi suficiente para que o BCE, em sua reunião de junho, deixasse de elevar em 0,25 ponto percentual as três taxas de juros diretoras da instituição.

Nos EUA, de acordo com o Departamento do Trabalho, a inflação anualizada do consumidor recuou dos 4,20% registrados em maio para 3,50% em junho, ainda muito distante da meta do FED que é de 2,00%. A melhora do índice de inflação também não animou os membros do FED, em sua reunião de junho, a relaxar a política monetária, e a taxa foi mantida inalterada na faixa entre 3,50% e 3,75% a.a., sem indícios ao mercado sobre os próximos passos. Foi a primeira reunião sob a presidência de Kevin Warsh. O Departamento do Trabalho também anunciou que em junho foram criados 57 mil novos postos de trabalho não rurais, quando se esperava cerca de 110 mil. A taxa de desemprego recuou ligeiramente de 4,30% para 4,20%.

Na China, foi anunciado que o PIB do segundo trimestre de 2026 cresceu 4,30%, o avanço mais lento em três anos. Assim, o crescimento do primeiro semestre foi de 4,70%, impactado pela crise no setor imobiliário e pelo consumo pessoal enfraquecido.

No mercado de renda fixa, as taxas de juros dos títulos de dez anos do governo alemão, que iniciaram junho de 2026 no patamar de 3,01% a.a., encerraram o mês em 2,91% a.a. e os juros dos títulos de 10 anos do tesouro norte-americano, que no início do mês rendiam 4,48% a.a., recuaram levemente para 4,42% a.a. no final. Quanto à bolsa norte-americana, medida através do índice S&P 500, a desvalorização em junho foi de 1,07% e o índice passou a acumular alta de 9,55% no ano.

Brasil

De acordo com o IBGE, a inflação do consumidor em junho de 2026, medida através do IPCA, apresentou variação positiva de 0,16%. No ano passou a acumular alta de 3,36% e de 4,64% em doze meses, ainda acima do teto da meta do Conselho Monetário Nacional que é de 4,50%. O maior responsável pela alta do índice em junho foi o grupo Habitação. Por outro lado, a queda dos preços do grupo Alimentação e Bebidas permitiu um índice abaixo do esperado.

Dando continuidade à queda da taxa Selic, o Copom, em sua reunião de junho, decidiu reduzi-la de 14,50% para 14,25% a.a. No entanto, ao divulgar a ata da reunião, acabou por não deixar claro ao mercado quais serão os próximos passos.

No setor externo, a balança comercial do país teve em junho superávit de US\$ 9,80 bilhões, 66% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado. No ano acumulou saldo positivo de US\$ 42,40 bilhões. O dólar, por sua vez, se valorizou 2,37% frente ao real, acumulando queda de 5,92% no ano e de 5,14% em doze meses.

Quanto ao mercado de ações, o índice Ibovespa recuou 1,01% em junho e reduziu a alta no ano para 6,76%. O fluxo de capital estrangeiro para a B3 foi negativo novamente, desta feita em R\$ 7,78 bilhões. No ano, o saldo é positivo em R\$ 36,70 bilhões.

Em relação ao mercado de crédito, de acordo com o documento Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgado mensalmente pelo Banco Central do Brasil, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional – SFN somou R\$ 7,30 trilhões em maio de 2026, com alta de 0,60% no mês. Houve alta de 0,70% nas operações de crédito com pessoas jurídicas, que alcançaram R\$ 2,70 trilhões e avanço de 0,50% nas operações com pessoas físicas que totalizaram R\$ 4,60 trilhões.

Perspectivas Cenário Macro

Para o Fundo Monetário Internacional – FMI, a economia global deverá crescer 3,00% em 2026. A projeção leva em conta a resiliência da economia norte-americana, em um cenário de inflação e juros ascendentes, o expressivo investimento que tem sido feito no desenvolvimento da Inteligência Artificial e as políticas públicas que têm sido adotadas com o objetivo de suavizar os problemas atuais. No entanto, as incertezas provocadas pelo conflito no Oriente Médio e pela atuação dos EUA no comércio internacional, por exemplo, tornam extremamente difícil antever o rumo da política monetária nos principais países do mundo. Nesse sentido, o novo presidente do FED, Kevin Warsh, anunciou a criação de cinco forças-tarefa que irão examinar a abordagem do banco central americano em relação a aspectos-chave da formulação da política monetária, incluindo um grupo que será presidido pelo brasileiro Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central do Brasil. Os líderes das forças-tarefa incluem acadêmicos renomados, ex-dirigentes de bancos centrais e executivos convidados a avaliar a estratégia de comunicação do FED, o seu balanço patrimonial de US\$ 6,70 trilhões, o uso e a dependência de fontes de dados existentes, além das estruturas de produtividade, mercado de trabalho e inflação. Warsh assumiu o cargo defendendo uma mudança de regime no FED e uma reformulação na forma como é conduzida a política monetária. Os grupos devem apresentar suas conclusões até o fim de 2026 e contarão com o apoio da equipe técnica do FED.

No Brasil, embora o desemprego esteja em nível bem baixo e o agronegócio deva continuar sendo o destaque nas exportações do país, a inflação acima da meta, os juros muito elevados e a política fiscal desequilibrada são desafios a enfrentar. Sem o ajuste fiscal adequado, em algum momento o mercado poderá ser levado a deixar de financiar o Tesouro e correr para o dólar como medida de proteção.

No final de junho, a agência de ratings S&P informou a manutenção das notas de crédito do Brasil de longo e curto prazos em BB/B, em moeda estrangeira e local. Segundo ela, a expectativa é de que, nos próximos dois anos, a sólida posição externa do Brasil irá mitigar a fragilidade fiscal, marcada por déficits, endividamento e juros elevados pagos pelo governo federal. A S&P destaca, do lado externo, as exportações de commodities agrícolas, as expressivas reservas internacionais e o status do real como moeda flutuante e negociada ativamente como fatores que ajudam a proteger o Brasil das voláteis condições globais.